

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES ESSENCIAIS DA VERSÃO G3, DO GRI, DOS RELATÓRIOS DAS EMPRESAS DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

RESUMO

Através da análise dos relatórios de sustentabilidade do setor bancário brasileiro, elaborados de acordo com as Diretrizes da GRI (G3) e, pelos cálculos dos Graus de Aderência Plena (GAPIE) e de Evidenciação Efetiva (GEE), buscou-se verificar o quanto do que foi requerido nos indicadores essenciais econômicos, ambientais e sociais, foi atendido e do potencial dessas informações foi efetivamente apresentado. Assim, foi realizado um estudo multicaso, sendo a pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, a amostra foi não probabilística, onde se fez uma análise se a empresa realmente publicava aquilo que era obrigatório segundo os parâmetros do GRI. Os resultados revelaram que dos cinco Bancos analisados, dois apresentaram alto GAPIE, e um apresentou alto GEE. O GAPIE e o GEE tiveram na sua maioria nível de aplicação médio, refletindo a enorme quantidade de dados omitidos, inconsistentes ou com aderência parcial apresentados pelos bancos. O melhor desempenho do GAPIE foi na área ambiental, e do GEE na área social. O pior desempenho dos dois indicadores foi na área econômica justamente, o setor em que os bancos atuam. O fato de fazerem parte de um mesmo setor econômico, não fez com que as empresas estivessem em um nível semelhante de aderência aos indicadores do GRI. A evidência encontrada é de que há uma distorção significativa entre o que os bancos afirmam declarar nos seus relatórios de sustentabilidade e o que realmente apresentam de acordo com o que determina as diretrizes do relatório GRI.

Palavras-Chave: relatório de sustentabilidade; setor bancário; GRI; G3.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou importância após o relatório de Brundtland (1987, p. 43), onde define: "desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades".

Para ser possível ter um indicador global que demonstre o fator de impacto das informações geradas em relatórios anuais e relatórios de sustentabilidade, é necessário um modelo que seja capaz também de aperfeiçoar o gerenciamento das informações.

Neste contexto, surgiram os relatórios de sustentabilidade, que apesar de não terem obrigatoriedade de elaboração e divulgação, em muitos países, inclusive no Brasil, se tornaram um instrumento com cada vez mais adeptos a cada ano. Como exemplos há o relatório social e ambiental e a contabilidade que exercem papel importante para analisar o desempenho de sustentabilidade das organizações. (MONEVA *et al.*, 2006).

Este mesmo entendimento é compartilhado por Cunha e Ribeiro (2008), onde afirmam que a Contabilidade, ao divulgar informações de natureza econômica, financeira e também social, merece atenção especial na discussão corporativa, constituindo-se em uma das

ferramentas mais importantes dos quais os gestores dispõem para comunicar-se com o mercado em geral e os investidores.

No entanto, no contexto geral, existem problemas na divulgação desses relatórios, como pouca transparência, baixa padronização, abrangência limitada das informações disponibilizadas, e dificuldade de comparabilidade entre os mesmos. Neste sentido, a fim de diminuir essas dificuldades, organizações nacionais e internacionais, desenvolveram modelos de divulgação de relatórios. Surgiu assim, o *Global Reporting Initiative* (GRI), suas diretrizes tem como objetivo ajudar a organização na geração de relatórios, retratando seu desempenho ambiental, social e econômico (*Triple Bottom Line*) e aumentando a sua responsabilidade (MONEVA *et al.*, 2006).

O GRI emerge de um processo de mudanças usando na contabilidade tradicional medidas para um regime mais sofisticado que tente ilustrar as relações econômicas e impactos – diretos e indiretos – que a empresa tem com suas “partes interessadas”. Seus dados devem ser capazes de monitorar e avaliar os progressos da organização no sentido da sustentabilidade. Mas, as empresas devem evitar informações tendenciosas na evidenciação (MONEVA *et al.*, 2006).

Estudos de Dias (2006) e Carvalho (2007) identificaram em suas pesquisas em empresas da América - Latina que, além da adesão a segunda versão do GRI (G2) ocorrer em níveis diferentes, que as empresas declararam informações sobre seus indicadores econômicos, divergentes do que o GRI efetivamente solicita.

O usuário quando analisa as informações do relatório julga que é o espelho do que determina as diretrizes da GRI, ainda mais quando é certificada com o símbolo de +, que indica que houve análise externa, geralmente de empresas de auditoria. Ocorre que, como já relatado, há problemas de evidenciação, de quantificação, de qualidade, e de objetividade na divulgação das informações.

Assim, na versão G3 do relatório há apenas o estudo de Castro, Siqueira e Macedo (2009), em empresas de energia elétrica do sul Americano, que também corrobora com os estudos da versão do G2. Necessário se faz então desenvolver mais estudos a respeito, especialmente no setor bancário, onde não se sabe como esta problemática se manifesta.

Portanto, analisar a divulgação voluntária de informações financeiras pelos bancos é um assunto de considerável interesse para pesquisa. Embora muitas divulgações financeiras sejam obrigatórias, é importante entender os incentivos para fornecer informação na ausência de regulamentação.

O problema de pesquisa passa a ser: qual o grau de aderência plena (GAPIE) e de evidenciação efetiva (GEE), nos relatórios do GRI, versão “G3”, do setor bancário brasileiro?

O objetivo geral desta pesquisa é verificar o grau de aderência plena (GAPIE) e de evidenciação efetiva (GEE), das empresas do setor bancário brasileiro, através dos relatórios de sustentabilidade, elaborados pela versão “G3” das Diretrizes da GRI.

Como objetivo específico analisou-se se o que foi publicado foi exatamente o que foi solicitado para os indicadores essenciais de desempenho econômico, sociais e ambientais. E avaliou-se o quanto do potencial das informações requeridas foi efetivamente apresentado.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O surgimento da noção de responsabilidade social nos Estados Unidos ocorreu já na década de 30 (TINOCO, 1997). Prestando contas de suas ações, as empresas buscavam principalmente melhorar sua imagem perante investidores e consumidores, fato que as levou a concluir que apenas produzir a preço justo e qualidade adequada não seria mais a única justificativa de sua existência perante a sociedade (CUNHA & RIBEIRO, 2008).

O tema é consideravelmente novo no Brasil, onde existem alguns livros e artigos publicados desde 1967, mas o assunto ainda precisa ser explorado. Através do IBASE com o apoio da Gazeta Mercantil, em 1996 surgiram as primeiras manifestações para um maior engajamento social, onde foi apresentado a idéia da elaboração e da publicação do Balanço Social Brasileiro e, a partir daí, o tema começou a se destacar no meio empresarial, principalmente com a criação, em 1998, do Instituto Ethos (PASSADOR, 2002).

A transparência sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais, se tornaram componentes fundamentais e imprescindíveis para que haja eficácia nas decisões sobre investimento e em outras relações de mercado. Necessário se faz dar suporte a essa expectativa e comunicar de forma clara e transparente o que se refira à sustentabilidade, compartilhando globalmente uma estrutura de conceitos.

Neste sentido, o Global Reporting Initiative (GRI) busca oferecer uma estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, que possa ser usada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades (GRI, 2006).

2.1 Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade

O conjunto de informações que tem como objetivo principal mostrar em que grau se encontra o envolvimento das empresas, em relação à sociedade e comunidade que a acolheram, dá-se o nome de balanço social (CUNHA & RIBEIRO, 2008). Constitui-se em um instrumento de informação da empresa para a sociedade, que demonstra se o custo-benefício da empresa é positivo, se respeita os direitos humanos de seus colaboradores, se agrega valor à sociedade e à economia, e se desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente (CANZAIN, 2005).

Para a FIPECAFI (2008) o balanço social deve ser elaborado em função de quatro vertentes: Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado - DVA, e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral.

O Balanço Ambiental apresenta a relação entre a empresa e os recursos naturais. Já o Balanço de Recursos Humanos demonstra o perfil dos trabalhadores da empresa, remuneração e benefícios concedidos, gastos com treinamentos, e outros. A DVA evidencia o que a empresa agrega de valor à economia local, bem como a forma como distribui esta riqueza. Na quarta vertente mensuram-se os benefícios sociais e contribuições a entidades, preservação de bens culturais, educação entre outros (FIPECAFI, 2008).

Assim, o balanço social deve demonstrar quais as políticas praticadas e quais os reflexos no patrimônio, objetivando evidenciar sua participação no processo de evolução social Kroetz (2000). A sociedade como um todo será usuária das informações contidas no balanço social. Segundo Tinoco (1984, p. 41), alguns usuários dessas informações são:

os grupos cujos membros de uma forma pessoal e direta trabalham para a empresa, são os trabalhadores; os grupos que se relacionam com a empresa e que são os clientes, pois de sua confiança vive a empresa; os acionistas que aportam recursos à empresa; os sindicatos dos trabalhadores; as instituições financeiras; as autoridades fiscais, monetárias e trabalhistas, o Estado; a comunidade local; os pesquisadores, professores, todos aqueles formadores de opinião.

Cabe destacar que o relatório de sustentabilidade é um termo amplo considerado sinônimo de outros relatórios cujo objetivo é descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais (*triple bottom line*) de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social, entre outros (GRI, 2006).

Apesar de sua importância, os balanços sociais vem apresentando problemas na geração de informações úteis. Estudos apontam críticas como: baixa transparência (COWE, 2004), baixa padronização (HARTE & OWEN, 1992), e abrangência limitada das informações disponibilizadas (HINES, 1991).

Neste sentido, buscando minimizar esses problemas, algumas instituições e organizações, nacionais e internacionais, apresentaram propostas de modelos de divulgação desses demonstrativos, destacam-se as Diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

2.2 As Diretrizes da GRI (*Global Reporting Initiative*)

No ano de 1999, foi elaborada a primeira versão do relatório de GRI, sendo lançada apenas em junho de 2000. Depois de várias mudanças foi elaborada uma segunda versão, no ano de 2002, traduzida para o português em 2004. Após a reformulação de suas diretrizes, houve uma terceira geração do relatório, a chamada G3, que é a terceira geração do relatório (INSTITUTO ETHOS, 2007).

A sede da organização do GRI, na Holanda, tem como missão desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizados voluntariamente por empresas do mundo todo. No Brasil, a difusão das diretrizes da GRI e de sua aplicação conta com a parceria entre Instituto Ethos, a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (FGVces) e Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (INSTITUTO ETHOS, 2007).

As contribuições fornecidas pelo GRI têm sido elogiadas por diversos autores. Para Barbosa (2005, p. 25), o GRI é “considerado o mais sofisticado dos balanços sociais [...] exigindo desde informações sobre impacto ambiental da atividade da empresa até avaliações qualitativas do resultado dos investimentos sociais”. Na mesma linha Adams e Evans (2004), entendem que este relatório está sendo considerado o menos suscetível a tendências, fornecendo às organizações que o adotam, indicadores não enviesados para que sejam incluídos no seu Relatório Social, dando maior garantia referente à independência do relatório e dando-lhe uma credibilidade adicional.

O relatório de sustentabilidade, baseado nas diretrizes do GRI, divulga os resultados obtidos dentro de determinado período. A elaboração do relatório se baseia nas diretrizes que se encontram estruturadas em duas partes (GRI, 2006). Na primeira parte deve haver: a definição de conteúdo, qualidade e limite de relatório, que incluem a definição do conteúdo do relatório, princípios para assegurar a qualidade do relatório e orientações para o estabelecimento do limite do relatório.

Já na segunda parte deve constar: o conteúdo do relatório, onde constam o perfil da empresa, desempenho econômico, ambiental, e social, práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto (GRI, 2006). Há três níveis de aplicação, intitulados A, B e C, a organização deverá auto declarar a qual nível de aplicação da estrutura de relatórios do GRI pertence. Uma organização pode contar com um ponto a mais (+) em cada nível (por exemplo, A+, B+, C+), caso tenha sido utilizada verificação externa (GRI, 2006).

Os desempenhos são mensurados através de indicadores, os indicadores essenciais foram desenvolvidos por meio dos processos *multistakeholders* da GRI, que visam identificar os indicadores geralmente aplicáveis e considerados relevantes para a maioria das organizações. A empresa terá que relatar os indicadores essenciais, a menos que eles demonstrem não estar alinhados aos princípios de relatório da GRI. Os indicadores adicionais representam práticas emergentes ou tratam de temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras (GRI, 2006).

Os indicadores econômicos demonstram: o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo (GRI, 2006). Sendo que possuem três aspectos econômicos: desempenho econômico, presença no mercado e impactos econômicos indiretos.

Dos nove indicadores econômicos, sete são essenciais. Sendo segregados em: valor econômico gerado e distribuído, riscos e oportunidades relacionados a mudanças climáticas, planos de pensão, ajuda financeira recebida do governo, relação salário mínimo (adicional), gastos com fornecedores locais, contratação local, investimentos em infra-estrutura e impactos econômicos indiretos (adicional) (GRI, 2006).

Já os indicadores de desempenho ambiental se referem aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não – vivos, como terra, ar e água. Abrangem o desempenho relacionado a insumos e a produção. Possuindo os seguintes aspectos: materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transportes e geral (GRI, 2006).

Dos trinta indicadores, dezessete são essenciais. Sendo separados nas seguintes categorias: materiais por peso, volume e reciclagem, energia consumida direta e indiretamente, bem como a redução no consumo, o volume de água retirada, os impactos na biodiversidade, emissão e iniciativas para redução de gases e resíduos, redução e recuperação de impactos de produtos e serviços, multas pela não conformidade com as leis, impacto no transporte de produtos e serviços e investimentos em proteção ambiental (GRI, 2006).

Os indicadores de desempenho social se referem aos impactos da organização nos sistemas sociais nos quais opera. Identifica os aspectos referentes as práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. Possui quarenta indicadores, dos quais 25 são essenciais. As características abordadas são (GRI, 2006):

- 1) Em relação a práticas trabalhistas e trabalho decente: emprego, relação trabalhadores e governança, saúde e segurança do trabalho, treinamento e educação, diversidade e igualdade de oportunidades;
- 2) Em relação aos direitos humanos: práticas de investimento e de processo de compra, aspecto não discriminação, liberdade de associação e negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho escravo, práticas de segurança, direitos indígenas;
- 3) Em relação a sociedade: comunidade, corrupção, políticas públicas, concorrência desleal, conformidade;
- 4) Em relação a responsabilidade pelo produto: saúde e segurança do cliente, rotulagem de produtos e serviços, comunicações de marketing, conformidade e compliance.

2.3 O Sistema Bancário Brasileiro

O sistema bancário no Brasil vem se caracterizando por realizar diversas fusões e incorporações a fim de solidificar suas instituições financeiras (CERETTA & NIEDERAUER, 2001). Assim, houve a entrada de novas instituições estrangeiras no mercado bancário brasileiro, resultando em um movimento de consolidação bancária no Brasil, em decorrência da significativa redução do número de bancos e da maior concentração no mercado bancário (FARIA JUNIOR & PAULA, 2009).

Para Camargo (2009), as instituições financeiras brasileiras são extremamente competitivas e sólidas, pois maximizam seus lucros com o menor risco possível, aproveitando as oportunidades de ganho que o mercado oferece. Já os bancos estrangeiros, que vieram para o país na década de 90, em geral, não foram capazes de conquistar um espaço significativo no mercado doméstico.

De acordo a Lei 4.595/64, artigo 17, as Instituições Financeiras são as pessoas “jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação, ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou de estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.”

As margens de intermediação financeira dessas instituições têm se mantida altas no Brasil, principalmente devido as elevadas receitas dos bancos derivadas de intermediação financeira, face aos altos *spreads* bancários e ganhos proporcionados pelas operações de tesouraria (FARIA JUNIOR & PAULA, 2009).

Segundo dados da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), o país possuía em 2009, 20.046 agências, aproximadamente 133 milhões de contas correntes e 91 milhões de contas poupança. Os bancos múltiplos, comerciais e caixa econômica chegavam a um total de 158 entidades, administrando um total de 1.963,3 bilhões de reais.

3 METODOLOGIA

O trabalho classifica-se como pesquisa exploratória devido ao caráter recente e ainda pouco explorado do tema escolhido (MARCONI & LAKATOS, 2007). E o estudo multicaso, que envolve um estudo profundo e exaustivo sobre o modo como vem sendo tratado o tema de pesquisa numa realidade prática, a fim de validar resultados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica. Sua estratégia é composta por três propósitos, exploratório, descritivo ou explanatório (YIN, 2001).

Com abordagem predominantemente documental e qualitativa, onde se fez uma compreensão detalhada das características das situações apresentadas (RICHARDSON, 2009). Para Schwandt (1997) um bom relatório de pesquisa qualitativa é aquele cujas informações estão intimamente relacionadas com o tempo, o local, o particular e o contingente, onde se procura uma situação particular que permite ao pesquisador ver outras situações de uma maneira nova.

O tipo de amostragem utilizada foi o não probabilístico, onde as empresas foram escolhidas de acordo com critérios específicos (RICHARDSON, 2009), e direcionadas para o setor financeiro, especificamente bancário e que utilizaram o G3 na divulgação de seus relatórios de sustentabilidade.

Entendeu-se como fonte de coleta de dados mais adequada o site oficial da GRI, uma vez que, lá se disponibiliza um relatório detalhado com as empresas que publicam a GRI, por

País, ano, setor, e por nível de aplicação (A, B e C). Este relatório foi à base para os filtros de pesquisa e posterior escolha das empresas que foram analisadas. Em seguida, no site de cada empresa se obteve os relatórios de sustentabilidade, segundo os padrões G3, onde constava o sumário de índice remissivo dos Indicadores do GRI.

Para análise será considerada a informação fornecida no sumário da GRI, assim se analisou a página correspondente a determinado indicador, pois um dos quesitos relativos a conformidade da utilização deste relatório é a adequada elaboração do sumário. Uma busca pelas informações no texto de cada relatório poderia tornar a pesquisa imprecisa, devido a quantidade e extensão dos relatórios.

Este procedimento não foi possível de ser realizado no relatório da Caixa Econômica Federal, pois o relatório desta empresa apesar de estar na relação do GRI, e de ter sido publicado de acordo com suas diretrizes, não apresentou o sumário com os indicadores do GRI, inviabilizando sua análise.

A pesquisa foi realizada somente sobre os indicadores essenciais, por terem maior relevância e aplicabilidade sobre as empresas, ao contrário dos indicadores adicionais, que são complementares, podendo ou não ser aplicados e informados, o que poderia vir a prejudicar a comparabilidade entre as empresas.

Ressaltasse que a análise dos dados foi orientada apenas para analisar se a empresa realmente publicava aquilo que era obrigatório segundo os parâmetros do GRI, a veracidade e a qualidade das informações não constituem a finalidade desse trabalho. Para o tratamento dos dados, primeiramente se classificou as respostas segundo a sua conformidade com o requerido pelos indicadores essenciais da GRI. A classificação foi realizada nas categorias descritas no Quadro 1 e foram baseadas nos modelos de Dias (2006) e Carvalho (2007).

CATEGORIA	SIGLA	CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO
APRESENTADOS	APL	ADERÊNCIA PLENA	Quando todos os dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram devidamente fornecidos pela organização.
	AP	ADERÊNCIA PARCIAL	Quando apenas parte dos dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram apresentados pela organização.
	D	DÚBIO	Quando as informações fornecidas não são suficientes para o usuário avaliar se a aderência é plena ou parcial.
	I	INCONSISTENTE	Quando as informações fornecidas pela organização diferem daquelas requeridas no protocolo do indicador essencial da G3.
NÃO APRESENTADOS	ND	NÃO DISPONÍVEL	Quando a organização reconhece que a informação requerida é pertinente às suas atividades, porém esta ainda não tem condição de fornecê-la.
	NA	NÃO APLICÁVEL	Quando a organização reconhece que os dados requeridos pelo indicador não são pertinentes às suas atividades ou ao setor em que ela atua.
	OJ	OMITIDO COM JUSTIFICATIVA	Quando a organização omite a informação requerida pelo protocolo do indicador essencial da G3, por sua decisão, porém apresentando uma justificativa para tal omissão.
	O	OMITIDO	Quando nada é comentado sobre o indicador, como se o mesmo não existisse.

Quadro 1. Base para Classificação das Informações
Fontes: Dias (2006); Carvalho (2007).

O segundo passo foi o cálculo dos graus de aderência plena (GAPIE) e de evidência efetiva (GEE). O primeiro busca verificar o quanto que as empresas estão respeitando as determinações estabelecidas pelo GRI. Já com o segundo verifica-se o nível de informação que a empresa está efetivamente oferecendo aos seus usuários em comparação a todo o potencial oferecido pela GRI (CASTRO, *et al.*, 2009). As fórmulas adotadas foram as seguintes:

$$\text{GAPIE} = \frac{\text{Total dos Indicadores com "APL"} + \text{Total dos Indicadores "OJ"}}{\text{Total dos Indicadores Essenciais} - \text{Totais dos Indicadores "NA"}}$$

Fonte: Dias (2006); Carvalho (2007).

$$\text{GEE} = \frac{\text{Total dos Indicadores com "APL"}}{\text{Total dos Indicadores Essenciais} - \text{Totais dos Indicadores "NA"}}$$

Fonte: Carvalho (2007).

Leia-se APL = Aderência Plena; OJ = Omitidos com Justificativa; NA = Não Aplicáveis.

Destaca-se que o total de respostas omitidas com justificativa foram somadas ao total de indicadores com aderência plena porque é permitido pelo GRI, isto no caso do GAPIE. Subtraiu-se o total de indicadores não aplicáveis do total dos indicadores essenciais para não prejudicar o resultado da empresa, em função de um indicador que não se aplica às suas atividades.

Não se utilizou nos cálculos os indicadores classificados com “aderência parcial”, por ser muito subjetivo indicar o quanto da informação requerida foi realmente fornecido pela organização. Além disso, não foram incluídos nos cálculos os indicadores classificados como “dúbios”, por não se ter certeza se a informação foi realmente fornecida ou “inconsistentes”, por não terem sido efetivamente apresentadas (CASTRO, *et al.*, 2009).

Os resultados da amostra podem ter variação de 0%, que seria o menor grau de aderência plena, a 100% que seria o grau mais alto. Sendo os critérios de apresentação dos indicadores de classificação nos três níveis de aplicação sugeridos pela GRI (A, B e C), a base para a disposição dos resultados em “alto”, “médio” ou “baixo”.

Assim, as empresas conforme tabela 1, podem ter classificação “alta”, nível de aplicação A, apresentam resultados acima de 62%, responderam ao menos 49 indicadores de 79. Os de nível de aplicação B, classificação “média”, responderam ao menos 20 indicadores de 79, equivalente a 25%, ou seja, resultados entre 25% e 62%. E aquelas que apresentarem resultados inferiores a 25%, são classificadas como de grau “baixo”, nível de aplicação C.

Tabela 1:
Níveis de Classificação do GAPIE e do GEE

FAIXA	CLASSIFICAÇÃO
0% — 25%	"BAIXO"
25% — 62%	"MÉDIO"
62% — 100%	"ALTO"

Fonte: Adaptado de Castro, Siqueira e Macedo (2009).

4 LIMITAÇÕES

Esta pesquisa se limitará ao estudo dos indicadores propostos nas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, elaboradas com base no Global Reporting Initiative (GRI) versão 2006, a chamada G3, terceira geração de indicadores.

Os dados analisados serão os que constam nos relatórios que as empresas do setor bancário Brasileiro divulgaram ao GRI, ou seja, divulgaram estar adotando os seus indicadores através de uma adesão informal ou através da elaboração de Relatórios Sociais “de acordo com” estas Diretrizes.

As empresas analisadas foram: 1) empresas Brasileiras; 2) do setor financeiro; 3) que publicaram seu relatório referente ao ano base de 2009; 4) com qualquer nível de aplicação (A, B ou C). Para a amostra ficar homogênea, utilizou-se empresas do setor bancário, e excluíram-se os Fundos de Pensão (PREVI) e Seguradoras (Sulamerica), por se tratarem de ramos de atividades que trabalham com apenas um dos segmentos dentre os vários administrados pelos bancos. A Caixa Econômica Federal foi excluída da análise por não ter apresentado o sumário com os indicadores do GRI, inviabilizando sua análise.

Neste sentido, as empresas da amostra que preencheram todos esses critérios foram: Banco do Brasil, Banco Itaú Holding Financeira, Banco Bradesco, e Banco Santander. A análise se restringirá as informações divulgadas referentes aos indicadores de desempenho econômicos, ambientais e sociais, do ano de 2009.

Os resultados encontrados se restringem apenas a essas empresas, não podendo ser estendidos ao total de bancos existentes no Brasil.

5 ANALISE DOS RESULTADOS

Após a análise individual dos GAPIEs e dos GEEs das empresas da amostra, a fim de se fazer uma análise comparativa entre os comportamentos das empresas do setor bancário, foi elaborado um ranking dos totais do GAPIE Quadro 2, onde os resultados foram dispostos de maneira decrescente.

COMPANHIA	GRAU DE ADERÊNCIA PLENA				NÍVEL DE APLICAÇÃO AUTO DECLARADO
	INDICADORES			TOTAL	
	ECONÔMICOS	AMBIENTAIS	SOCIAIS		
SANTANDER	57,14%	87,50%	72,00%	73,47%	A+
BRADESCO	28,57%	70,59%	76,00%	67,35%	A+
BANCO DO BRASIL	57,14%	71,43%	60,00%	59,18%	A+
ITAU HOLDING FINANCEIRA	42,86%	52,94%	52,00%	51,02%	A+

Quadro 2. *Ranking* do Resultado do GAPIE

Fonte: Relatórios GRI 2009.

A primeira constatação foi que, conforme a metodologia utilizada, apenas duas empresas analisadas (Santander e Bradesco) apresentaram um alto grau de aderência plena

aos indicadores essenciais da GRI. Itaú e Banco do Brasil se enquadraram no nível de classificação médio.

O fato de todos os bancos da análise terem se auto declarado no nível de aplicação A+, que conforme a GRI (2006), requer que todos os indicadores essenciais sejam apresentados, ou, no máximo, omitidos com justificativo, ou o fato de terem o símbolo + que significa que foram auditadas, não contribuiu para um alto grau de aderência de todas as empresas analisadas.

O fato da versão G3 de 2009 ser a quarta publicação do modelo, e de as modificações e ajustes referentes à versão anterior (G2) terem sido corrigidas, deveria contribuir para um adequado aprimoramento do relatório. Principalmente porque o sistema bancário é provido de recursos e de consultorias que o auxiliam na confecção do mesmo.

A que se ressaltar a discrepância relacionada ao que se imaginava que seria divulgado correspondente ao GRI, pelos Bancos, e o que foi apresentado de forma adequada pelas empresas, relativo a este modelo de relatório. Outro ponto a ser destacado é o fato de que, entre a primeira colocada e a última existir um distanciamento significativo nos resultados (73,5% e 51%), o que caracteriza que elas encontram-se em estágios bem diferentes de aderência às Diretrizes da G3.

Em relação ao desempenho por categoria, das empresas da amostra, verificou-se que o pior índice foi na área econômica, do Banco Bradesco com 28,5%. No presente estudo, os maiores problemas foram justamente na área econômica, o setor que os bancos trabalham. Com um percentual máximo de 57% de aderência plena.

Como os relatórios GRI passaram por auditoria e os dados econômicos dos bancos são utilizados pelo mercado, esperava-se que estas informações apresentassem o melhor desempenho conforme estudo de Carvalho (2007).

Os melhores desempenhos no entanto, ficaram na área ambiental, mesma categoria que alcançou os melhores GAPIEs do estudo de Castro *et al* (2009). Este resultado é de certa forma estranho, pois, envolvem cálculos difíceis como de emissões, efluentes, resíduos, biodiversidade.

Da análise do GEE (Quadro 3), primeiramente observa-se que três empresas apresentaram percentual idêntico do observado no GAPIE, o que significa que estas empresas não apresentaram omissões com justificativa. Apenas o Bradesco fez omissões com justificativa, no total de oito, passando assim da segunda para a quarta posição, nas demais empresas houve apenas reclassificação.

COMPANHIA	GRAU DE EVIDENCIAÇÃO EFETIVA				NÍVEL DE APLICAÇÃO AUTO DECLARADO
	INDICADORES			TOTAL	
	ECONÔMICOS	AMBIENTAIS	SOCIAIS		
SANTANDER	57,14%	87,50%	72,00%	73,47%	A+
BANCO DO BRASIL	57,14%	71,43%	60,00%	59,18%	A+
ITAU HOLDING FINANCEIRA	42,86%	52,94%	52,00%	51,02%	A+
BRADESCO	28,57%	29,41%	72,00%	51,02%	A+

Quadro 3. *Ranking* do Resultado do GEE

Fonte: Relatórios GRI 2009.

Posteriormente, observa-se na amostra que apenas uma empresa (Santander) apresentou um alto grau de evidência efetiva (73%). Já nos resultados de Carvalho (2007), nenhuma das oito empresas da amostra apresentou um alto grau de evidência efetiva nos indicadores essenciais da segunda versão das Diretrizes, também não demonstraram um alto grau de GEE na versão G3, do trabalho de Castro, Siqueira e Macedo (2009). Ressalta-se que não foi realizado um estudo comparativo com o estudo de Dias (2006), porque o mesmo não contempla o cálculo do GEE.

Em relação ao desempenho da categoria, assim como no GAPIE, a área econômica apresentou o pior desempenho. Já em relação ao melhor desempenho este passou a ser da área social, contrariando o estudo de Carvalho (2007), e Castro, Siqueira e Macedo (2009), para os quais os piores desempenhos eram na área social.

Caso fosse verificada a quantidade de indicadores referentes ao GRI, que a organização apresentou, a classificação passaria a ser conforme consta no Quadro 4:

COMPANHIA	GRAU DE ADERÊNCIA PLENA				NÍVEL DE APLICAÇÃO
	INDICADORES			TOTAL	
	ECONÔMICOS	AMBIENTAIS	SOCIAIS		
SANTANDER	4	14	18	36	B+
BRADESCO	2	12	19	33	B+
BANCO DO BRASIL	4	10	15	29	B+
ITAU HOLDING FINANCEIRA	3	9	13	25	B+

Quadro 4. *Ranking* do Resultado do GAPIE - Ajustado

Fonte: Relatórios GRI 2009.

Conforme demonstrado todas as empresas analisadas passariam a ter um nível de classificação B+, pois responderiam a um mínimo de 20 indicadores de desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto (GRI, 2006).

Este dado demonstra a quantidade de dados omitidos, inconsistentes ou com aderência parcial apresentados, revelando a necessidade de as empresas demonstrarem de maneira mais clara e concisa ao que preconiza os indicadores do relatório.

A única diferença do GAPIE ajustado para o GEE ajustado (Quadro 5), seria que o Bradesco teria menos oito indicadores, que foram os omitidos com justificativa.

COMPANHIA	GRAU DE EVIDENCIAÇÃO EFETIVA				NÍVEL DE APLICAÇÃO
	INDICADORES			TOTAL	
	ECONÔMICOS	AMBIENTAIS	SOCIAIS		
SANTANDER	4	14	18	36	B+
BANCO DO BRASIL	4	10	15	29	B+
ITAU HOLDING FINANCEIRA	3	9	13	25	B+
BRADESCO	2	5	18	25	B+

Quadro 5. *Ranking* do Resultado do GEE - ajustado

Fonte: Relatórios GRI 2009.

De acordo com os resultados verifica-se que existe um distanciamento considerável entre os totais (GAPIE - 73,5% e 51%; GEE – 73,5% e 51%), caracterizando, que as empresas encontram-se em estágios bem diferentes de aderência as Diretrizes da GRI. Embora pertençam ao mesmo setor econômico, bancos, e que possui o mesmo grau de complexidade, não faz com que as empresas estejam em níveis semelhantes de aderência ao GRI.

Portanto, constata-se que os relatórios dos bancos em análise, precisam evoluir muito, principalmente para espelhar o que se propõem a declarar quando, afirmam ser classificados com nível de aplicação A+. Ou seja, demonstrar aos usuários o real nível da situação econômica, ambiental e social da empresa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, teve-se como objetivo verificar o quanto as empresas do setor bancário atenderam em seus relatórios de sustentabilidade versão GRI (G3), ao que foi solicitado para os indicadores de desempenho essenciais e o quanto do potencial das informações requeridas foi efetivamente apresentado.

A evidência encontrada é a de que há uma distorção entre o que os bancos afirmam declarar nos seus relatórios de sustentabilidade e o que realmente apresentam de acordo com o que determina as diretrizes do relatório GRI.

A análise do GAPIE revelou que, apenas duas empresas analisadas (Santander e Bradesco) apresentaram um alto grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI. Itaú e Banco do Brasil se enquadraram no nível de classificação médio. O fato de estes quatro bancos possuírem o nível A+ levaria o usuário a acreditar que cumpririam todas as regras de divulgação de informações. No entanto, não foi isso que se observou, embora tivessem o símbolo de +, que indica que passaram por processos de auditoria.

Em relação ao desempenho por categoria do GAPIE, o pior índice foi na área econômica, justamente, o setor que os bancos atuam. Os melhores desempenhos ficaram na área ambiental, este resultado é de certa forma estranho, pois, envolvem cálculos difíceis como de emissões, efluentes, resíduos, biodiversidade.

A constatação em relação ao GEE é que apenas o (Santander) apresentou um alto grau de evidenciação efetiva, sendo que o Bradesco foi o único que fez omissões com justificativa, no total de oito, passando da segunda para a quarta posição no ranking, nas demais empresas houve apenas reclassificação.

No desempenho da categoria do GEE, a área econômica apresentou o pior desempenho. Já em relação ao melhor desempenho este passou a ser na área social. Os resultados dos dois índices, que apresentaram na maioria, nível de aplicação médio são o reflexo da enorme quantidade de dados omitidos, inconsistentes ou com aderência parcial apresentados pelos bancos.

Ao se analisar apenas a quantidade de indicadores referentes ao GRI apresentados, se chegou ao resultado de que todas as empresas passariam a pertencer ao nível B+. Precisando portanto, demonstrar de maneira mais clara e concisa ao que preconiza os indicadores do relatório.

O trabalho chegou aos mesmos resultados de Carvalho (2007) e Castro, Siqueira e Macedo (2009), que demonstraram que o fato de fazer parte de um mesmo setor econômico, não faz com que as empresas estejam em um nível semelhante de aderência aos indicadores do GRI.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Carol A.; EVANS, Richard. *Accountability, Completeness, Credibility and the Audit Expectations Gap*. The Journal of Corporate Citizenship Sheffield, Summer 14: 97-115, 2004.

BARBOSA, Fábio. *Da ética do lucro ao lucro da ética*. Primeira Leitura. Edição nº 956, 15 setembro 2005. Disponível em: <<http://www.primeiraleitura.com.br/auto/index.php?setcookie=small&edicao=1179>> Acesso em: 15 janeiro 2011.

BRASIL. *Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964*. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4595.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2011.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. *Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

CAMARGO, Patrícia Olga. *A Evolução Recente do Setor Bancário no Brasil*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2009.

CANZAIN, Marcelo. *Balanço Social para as Sociedades Cooperativas*. 2005. Revista Eletrônica de Contabilidade. Curso de Ciências Contábeis UFSM, Santa Maria, n. 2, p. 28-41, dezembro de 2004 - fevereiro de 2005.

CARVALHO, Fernanda de Medeiros. *Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Latino-Americanas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

CASTRO, Fernanda Amorim Ribeiro de; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. *Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas do Setor de Energia Elétrica Sul Americano*. In: SIMPOI, 2009, São Paulo/SP. ANAIS DO 13º SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS. São Paulo/SP: 2009.

CERETTA, Paulo Sergio; NIEDERAUER, Carlos Alberto Pittaluga. *Rentabilidade e eficiência no setor bancário brasileiro*. Revista de Administração Contemporânea. Curitiba, n. 3, set/dez 2001.

CUNHA, Jacqueline Venerosos Alves da; RIBEIRO, Máisa de Souza. *Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras*. 2008. Revista de Administração Eletrônica. RAUSP, São Paulo, n. 1, p. 1-23, jan/jun 2008.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva. *Análise da Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Brasileiras*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

FARIA JUNIOR, João Adelino de; PAULA, Luiz Fernando de. *Fusões e Aquisições Bancárias e a Evolução da Eficiência Técnica dos Maiores Bancos Privados no Brasil*. In:

ANPEC, 2009, Foz do Iguaçu/Paraná. ANAIS DO 37º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. Foz do Iguaçu/Paraná: 2009.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS. *O Setor bancário brasileiro 2010*. <http://www.febraban.org.br/Febraban.asp?modulo=Sustentabilidade>. Acesso em: 10 de janeiro de 2011.

FIPECAFI. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às Demais Sociedades*. São Paulo: Atlas, 2008.

GRI, Global Reporting Initiative. *Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade 2006*. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/Home/LanguageBar/PortugueseLanguagePage.htm>. Acesso em: 15 de janeiro de 2011.

GRI, Global Reporting Initiative. *Níveis de Aplicação da GRI 2006*. Disponível em: http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B8C2502622576/2612/AL_G3_Portuguese_BR.pdf. Acesso em: 13 de janeiro de 2011.

HARTE, G. e OWEN, D. L. *Current Trends in Reporting of Green Issues in the Annual Report of United Kingdom Companies*. In: Owen, D. L. *Green Reporting - Accountancy and the Challenge of the Nineties*. Londres: Chapman and Hall, 1992.

HINES, T. *The Wider Issues*. Certified Accountant, p. 38 - 41, abril 1991.

IBASE, 2010. *Publique seu Balanço Social*. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 29 de janeiro de 2011.

INSTITUTO ETHOS. *Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade* 2007. <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4200&Alias=ethos&Lang=pt-br>. Acesso em: 10 de janeiro de 2011.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. *Balanço Social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MONEVA, José M.; ARCHEL, Pablo; CORREA; Carmen. *GRI and the Camouflaging of Corporate Unsustainability*. Accounting Forum, Florida: p. 121 -137, 2006.

PASSADOR, Claudia Souza. *A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento*. In: VII CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2002, Lisboa/ Portugal.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHWANDT, T. A. *Qualitative inquiry: A dictionary of terms*. Thousand Oaks: Sage, 1997.

TINOCO, J.E.P. *Balanço Social – uma abordagem Sócio-Econômica da Contabilidade*. 1984. Dissertação (Mestrado) – FEA/USP, São Paulo, 1984.

_____. *Balanço social e contabilidade de recursos humanos*. In: Seminário balanço social – uma idéia viva (3º. Grupo), 1997, São Paulo. *Apostila*. São Paulo: JCA Treinamentos e Fipecafi, 1997.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.